



# Prefeitura Municipal de Mucurici

## Estado do Espírito Santo

### RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO - CONSOLIDADO

**Emitente:** *Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo*

**Unidade Gestora:** *Município de Mucurici/ES*

**Gestor responsável:** *Atanael Passos Wagmacker*

**Exercício:** 2023.

#### 1. Introdução

As conceituações do Controle Interno compreendem o plano de organização e todos os métodos e medidas adotadas pela administração para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos, e assegurar o cumprimento da Lei.

Foi realizada averiguação em processos, dentro do que foi elaborado PAAI – Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2023, monitoramento de ações no Portal da Transparência, e dos serviços de Ouvidoria física e online.

Foram verificados e inspecionados processos e relatórios entregues a esta Controladoria, sendo feitas constatações elencadas abaixo de cada ponto de controle, dentro do possível de análises e acompanhamento em busca de pontos específicos a serem melhorados. Não foram realizadas auditorias nos itens descritos, entretanto foram realizadas inspeções de ponto de controle nos processos e procedimentos.

As atividades desenvolvidas durante o exercício de 2023 foi no âmbito de: Análise da Prestação de Contas Anual das Unidades Gestoras e elaboração do parecer da Controladoria para entrega ao TCEES; Atendimento a ouvidorias; Acompanhamento e adequação do portal da transparência; Revisão de instruções normativas; Serviços diversos solicitados pelas Secretarias, dentre outros.

Ademais, tendo com base a Tabela Referencial 1, constante na IN-TC nº 68/2020, a seguir, estão os itens selecionados na UG – Unidade Gestora, para avaliação.

#### 1. Itens de abordagem prioritária

##### 1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.

Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo de Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo	Relatório de movimento financeiro PMM	CRFB/88, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, serão entregues até o dia 20 de cada mês, na forma da lei complementar...	Relatório de Movimento financeiro emitido do software de contabilidade pública.  A Lei Municipal nº 814/2022, para o exercício de 2023, que estimou a receita e fixou a despesa para o município de Mucurici previu em seu art. 3º a importância de R\$1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) para cobertura das despesas do poder legislativo.

**Constatações:** Os repasses foram realizados em:

DATA DO PAGTO/ VALOR

19/01/2023 – R\$ 108.333,00	18/08/2023 – R\$ 108.333,00
17/02/2023 – R\$ 108.333,00	20/09/2023 – R\$ 108.333,00
20/03/2023 – R\$ 108.333,00	20/10/2023 – R\$ 108.333,00
19/04/2023 – R\$ 108.333,00	20/11/2023 – R\$ 108.333,00
19/05/2023 – R\$ 108.333,00	20/12/2023 – R\$ 108.337,00
20/06/2023 – R\$ 108.333,00	
20/07/2023 – R\$ 108.333,00	

#### 1.4. Limites constitucionais e legais

Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo de pontos de controle	Amostra selecionada
1.4.1	Educação – aplicação mínima	RREO – ANEXO 8	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69.	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando	A Constituição federal estabelece: art 212. A união aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os estados, o Distrito Federal e os Municípios 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e	RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária de 2023 (Anexo 8) e art. 212 – CF/88.

				recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.	desenvolvimento do ensino.	
--	--	--	--	---	----------------------------	--

**Constatações:** Conforme dados constantes na RREO 2023– Anexo 8 (Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino-MDE), apresentam as receitas resultantes de impostos = R\$ 31.291.621,62 (trinta e um milhões, duzentos e noventa e um mil, seiscentos e vinte e um reais e sessenta e dois centavos). As Receitas Resultantes de Transferências Constitucionais e Legais = R\$ 29.008.858,97 (vinte e nove milhões, oito mil reais, oitocentos e cinquenta e oito reais e noventa e sete centavos). Valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino R\$ 8.517.096,91 (oito milhões, quinhentos e dezessete mil, noventa e seis reais e noventa e um centavos). Sendo assim, o percentual de aplicação em MDE realizada pelo município de Mucurici alcançou na data base de 31/12/2023 o índice de 27,22% (vinte e sete vírgula vinte e dois por cento) sobre os recursos arrecadados de impostos e transferências Constitucionais e Legais, ultrapassando o limite anual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) estabelecido no art. 212 – CRF/88.

1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	RREO – anexo 8	CRFB/88, art. 60, inciso XII do ADCT.	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.	A Lei Federal nº 11.494/97 estabelece: art. 22 pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.	RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária de 2023 (anexo 8) e art. 22 – Lei Federal nº 11.494/07.
-------	--	----------------	---------------------------------------	--	--	--

**Constatações:** Os dados constantes no RREO 2023– Anexo 8, apresentam as receitas líquidas resultantes do FUNDEB R\$ 4.443.689,48 (quatro milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, seiscentos e oitenta e nove reais e quarenta e oito centavos); O valor das despesas para pagamento dos profissionais do Magistério = R\$ 4.285.046,34 (quatro milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, quarenta e seis reais e trinta e quatro centavos). Portanto as despesas com pagamento dos profissionais do Magistério do Município de Mucurici alcançou na Data Base de 31/12/2023 o índice de 96,43% (noventa e seis vírgula quarenta e três por cento) sobre as receitas líquidas resultantes do FUNDEB. Ultrapassando o limite anual mínimo de 70% (setenta por cento) estabelecido pela Lei 14.276/21.

1.4.4	Saúde – aplicação mínima.	RREO – anexo XII	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das	A Lei Complementar nº 141/2012 estabelece: art.7º Os municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a	RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária de 2023 (Anexo XII) e Art. 7º - LC 141/12.
-------	---------------------------	------------------	---	---	---	---

				transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012.	alínea “b” do inciso I do § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.	
--	--	--	--	---	--	--

**Constatações:** Os dados constantes no RREO 2023 – Anexo XII (demonstrativo da receita de impostos líquida e das despesas próprias com ações e serviços públicos de saúde), apresentam as receitas resultantes de impostos = R\$ 2.282.762,65 (dois milhões, duzentos e oitenta e dois mil, setecentos e sessenta e dois reais e sessenta e cinco centavos); as receitas resultantes de transferências constitucionais e legais = R\$ 27.462.050,58 (vinte e sete milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, cinquenta reais e cinquenta e oito centavos). Valor aplicado em ações e serviços públicos de saúde R\$ 7.754.596,88 (sete milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil reais, quinhentos e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos). Portanto a despesa em ações e serviços públicos de saúde realizada pelo Município de Mucurici alcançou na data base de 31/12/2023 o índice de 26,07% (vinte e seis vírgula sete por cento) sobre os recursos arrecadados de impostos e Transferências Constitucionais e Legais, ultrapassando o limite anual mínimo de 15% (quinze por cento) estabelecido no art. 7º - LC 141/12.

1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Demonstrativo da despesa com pessoal Anexo RGF	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	A Lei Complementar nº 101/00 estabelece: art 19 para fins do disposto no caput do art. 169 da constituição a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: III- município 60% (sessenta por cento); e art. 20 a repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais: III – na esfera municipal: a) 6% (seis por cento) para o legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Município, quando houver; b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o executivo.	RGF – relatório de gestão fiscal de 2023 (anexo 1) e arts 19 e 20 LC 101/2000.
-------	-------------------------------	--	-----------------------------	---	---	--

**Constatações:** De acordo com o RGF 2023 -Anexo I (demonstrativo simplificado do RGF – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social), apresenta a Receita Corrente Líquida – RCL = R\$ 41.445.952,75 (quarenta e um milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e dois reais e setenta e cinco centavos); a despesa total com pessoal = R\$ 18.187.404,79 (dezoito milhões, cento e oitenta e sete mil, quatrocentos e quatro reais e setenta e nove centavos); Portanto a despesa total com pessoal alcançou pelo Poder Executivo na data base de 31/12/2023 o índice de 43,88% (quarenta e três vírgula oitenta e oito por cento) sobre a RCL. Conforme a LRF inciso II do §1º do art.

59 o índice atingido **não está** no limite de alerta que corresponde a 48,60% (quarenta e oito vírgula sessenta por cento) nem atinge o limite prudencial qual seja 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento), ou ainda o limite máximo de 54,00% (cinquenta e quatro por cento). A LRF estabelece que o Gestor Municipal realize através da Secretaria Municipal de Finanças e Administração, o monitoramento constante das receitas e despesas, inclusive com adoção imediata de medidas visando reduzir o custeio da máquina pública, e conforme observa-se dos valores apresentados que o Poder Executivo está abaixo do limite de alerta estabelecido pela LRF.

1.4.10	Despesas com pessoal limite prudencial vedações	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º semestre de 2023 (anexo 1) único	–LC 101/2000, art. 22, parágrafo único	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único inciso i e V, da LRF foram observados.	A LC nº 101/2000 no art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada trimestre. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso: Conforme incisos I a V da LRF.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre de 2023 (Anexo 1) e art. 22, parágrafo único e incisos I a V.
--------	---	--	--	---	--	--

**Constatações:** Conforme os dados do RGF 2023 – Anexo 1 (Demonstrativo da Despesa com Pessoal), que apresenta a Receita Corrente Líquida – RCL = R\$ 41.445.952,75 (quarenta e um milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e dois reais e setenta e cinco centavos) a despesa total com pessoal = R\$ 18.187.404,79 (dezoito milhões, cento e oitenta e sete mil, quatrocentos e quatro reais e setenta e nove centavos); o Poder Executivo NÃO ultrapassou o índice de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) de despesas com pessoal. Portanto a despesa total com pessoal pelo Poder Executivo na Data base de 31/12/2023 alcançou índice de 43,88% (quarenta e três vírgula oitenta e oito por cento) sobre a RCL. Conforme a LRF inciso II do § 1º do art. 59 o índice atingido está distante do Limite de Alerta que corresponde pelo percentual entre 48,60% (quarenta e oito vírgula sessenta por cento). A LRF estabelece que o Gestor Municipal realize através da Secretaria Municipal de Finanças e Administração, o monitoramento constante das receitas e despesas, inclusive com adoção imediata de medidas visando reduzir o custeio da máquina pública. De acordo com o parágrafo único do art. 22 da LRF – LC nº 101/2000 o Poder Executivo conforme estipulado poderá sofrer as penalidades legais previstas, caso atinja o limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento). Cabe salientar, que o percentual gasto com pessoal foi minimizado do exercício passado para o exercício objeto de apreciação, sendo verificado com isso os esforços inseridos pelo gestor para minimizar os gastos.

## 2. Itens de abordagem complementar

### 2.1. Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA

Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo de Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.1.2	LDO – limitação de empenho.	LDO – Lei Municipal nº 807/2022	LC nº 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “b”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do	A LC nº 101/2000, art 4º A Lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e: I- disporá também sobre: a) equilíbrio entre receitas e despesas; b) critérios e forma de limitação de	LDO – Lei Municipal nº 807/2022 .

				inciso II do artigo 4º, no empenho, a ser efetivada art. 9º e no inciso II das hipóteses previstas na § 1º do art. 31, todos da alínea b do inciso II deste LRF.	art. No art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;	
<b>Constatações:</b> A LDO - Lei nº 807/2022 para o exercício de 2023 possui em seu artigo 24 mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira.						
2.1.3	LDO – controle de custos e avaliação de resultados de programas	LDO - Lei Municipal nº 807/2022, arts. 39 e 40.	LC nº 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.	A LC nº 101/2000, art. 4º A Lei de Diretrizes Orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e: I- disporá também sobre: normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento;	Lei Municipal nº 807/2022 - LDO
<b>Constatações:</b> Consta na Lei Municipal nº 807/2022 – LDO para o exercício de 2023, em seu artigo 39 que “O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF. Parágrafo único – os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, “e” da LRF)”, e artigo 40 “Os programas priorizados por esta lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2023 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º I, “e” da LRF)”.						
2.1.4	LDO – condições para transferências de recursos a entidades privadas.	LDO - Lei Municipal nº 807/2022, art. 32.	LC nº 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “f”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	A LC nº 101/2000 art 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da constituição e: I- disporá também sobre: f) demais condições e exigências para transferências de recursos e entidades públicas e privadas;	LDO – Lei Municipal nº 807/2022 e LC 101/2000 art. 4º inciso I, alínea “f”.
<b>Constatações:</b> Consta na Lei Municipal nº 807/2022 – LDO para o exercício de 2023 em seu artigo 32 dispositivo que estabelece condições e exigências para transferências de recursos a entidades privadas.						
2.1.5	LDO – Anexo de Metas Fiscais – abrangência	LDO – Lei Municipal nº 807/2022, Art. 1º, Inciso I.	LC nº 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre	Lei complementar nº 101/2000, art 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e: § 1º integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias anexo de metas fiscais, em que serão estabelecidos metas	LDO -Lei Municipal nº 807/2022 e LC 101/2000 art. 4º inciso I, §§ 1º e 2º.



				outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes § 2º alíneas I a V.	
--	--	--	--	---	---	--

**Constatações:** Consta na Lei Municipal nº 807/2022 – LDO para o exercício de 2023, dentre seus anexos, consta o anexo de Metas Fiscais.

2.1.6	LDO Anexo de Metas Fiscais conteúdo	LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei Municipal nº 807/2022 .	Portaria STN nº 637/2012	Avaliar se os demonstrativos que integraram o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício foram elaborados em observância ao manual de demonstrativos fiscais editados pela STN.	A portaria STN nº 637/2012 Considerando a necessidade de padronização dos demonstrativos fiscais nos três níveis de governo, de forma a garantir a consolidação das contas públicas na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), art. 1º, parágrafo único e art. 2º;	LDO - Lei Municipal nº 807/2022 e Portaria STN nº 637/2012, art 1º Parágrafo Único e art. 2º.
-------	-------------------------------------	---	--------------------------	--	--	---

**Constatações:** Os demonstrativos que integram as metas fiscais da LDO para o exercício de 2023, foram elaborados de acordo com o Manual do STN, sendo: Art. 7º - Metas Anuais; Art. 8º – Avaliação de Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior; Art. 9º – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três exercícios anteriores; Art. 10º – Evolução do Patrimônio Líquido; Art. 11º – Origem e Aplicação de Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos; Art. 12º – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; Art. 13º – Margem de Expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

2.1.7	LDO Anexo de Riscos Fiscais abrangência	LDO – Lei Municipal nº 807/2022 Art. 6º.	LC 101/2000, art. 4º, § 3º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem.	Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 774/2021.	LDO 807/2022 e LC 101/2000, art. 4º, § 3º.
-------	---	--	-----------------------------	--	--	--

**Constatações:** Consta na lei municipal nº 807/2022 - LDO para o exercício de 2023, em seu artigo 27 providências a serem adotadas em caso de imprevisto.

2.1.8	LDO Anexo de Riscos Fiscais – conteúdo.	LDO – Lei Municipal nº 807/2022.	Portaria STN nº 637/2012 art. 165, § 7º.	Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	A portaria STN nº 637/2012 considerando a necessidade de padronização dos demonstrativos fiscais nos três níveis de governo, de forma a garantir a consolidação das contas públicas na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) art. 1º, parágrafo único e art. 2º;	LDO – Lei Municipal nº 807/2022, art. 1º, Parágrafo Único, e art. 4º.
-------	---	----------------------------------	--	---	---	---

**Constatações:** Consta na Lei Municipal nº 807/2022 – LDO para o exercício de 2023, o Anexo de Riscos Fiscais e o Demonstrativo de Riscos Fiscais e providências, elaborado conforme o Manual aprovado da STN.

2.1.14	LOA previsão de recursos para pagamento de precatórios.	Relatório emitido do Software de Contabilidade Pública - Orçamento	CRF/88 art 100, § 5º.	Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho na forma do artigo 100 da CRFB/88.	Fica estabelecido na CF/88, § 5º. É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente. (redação dada pela Emenda Constitucional nº 62/2009)	Relatório emitido do Software de Contabilidade Pública
--------	---	--	-----------------------	---	---	--

**Constatações:** Consta no Orçamento Municipal dotação para pagamento de sentenças judiciais para o exercício de 2023, no valor de R\$ 37.600,00 (trinte e sete mil e seiscentos reais).

## 2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Ponto de controle	Processo administrativo analisado	Base legal	Procedimento	Universo de ponto de controle	Amostra analisada
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para	LOA 814/2022 art.5º.	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos	Na CF/88 art. 167. São vedados: V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes	Lei municipal nº 814/2022 art 5º. CF/88, art 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.





	abertura			correspondentes.		
<b>Constatações:</b> Consta na Lei Municipal nº 814/2022 – LOA no art. 5º autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) sobre o total da despesa fixada em seus respectivos orçamentos.						
2.2.14	Créditos adicionais – decreto executivo	Relatório expedido pela Contabilidade.	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	A Lei nº 4.320/1964, art 42- Lei de Normas Gerais de Direito Financeiro: Os créditos suplementares e especiais especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.	Decretos de suplementações no orçamento, e a Lei nº 4.320/1964, art 42.
<b>Constatações:</b> Constan 15 (quinze) Decretos Executivos Suplementares no exercício de 2023, estando devidamente autorizados pela Lei Municipal 814/2022.						
2.2.15	Créditos orçamentários – transposição remanejamento e transferências	LOA - Lei Municipal nº 814/2022	CRFB/88, art. 167 inciso VI	Avaliar se houve a transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa.	A CF/88, art 167, inciso VI – a transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.	LOA – Lei Municipal nº 814/2022, e CF/88 art. 167, inciso VI.
<b>Constatações:</b> Não identificamos transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa.						
2.2.19	Créditos extraordinários – abertura	Relatório de Créditos Adicionais disponibilizado pelo Setor de Contabilidade Pública.	CRFB/88, art 167 § 3º	Avaliar se houve abertura de crédito extraordinário para realização de despesas que não atenderam situações imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observando o disposto no art. 62 da CRFB/88.	A CF/88, art 167, § 3º a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender às despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observando o disposto no art. 62.	Relatório de créditos adicionais emitido do software de Contabilidade Pública e CF/88 art. 167, § 3º.
<b>Constatações:</b> Conforme verificado no relatório não houve abertura de Créditos Extraordinários no Exercício de 2023.						

2.2.21	Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	Verificação realizada no site e Portal da Transparência.	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	Na LC 101/2000, art. 48, São Instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da execução orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. Parágrafo único.	Verificação realizada no site e Portal da Transparência, e LC 101/2000, art 48 e arts. 52 a 58 da LRF.
--------	---	--	--	---	--	--

**Constatações:** Verificamos que foram disponibilizados nos meios de acesso a informação deste Município o PPA 2022-2025, a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e a LOA – Lei Orçamentária Anual, de 2023, RREO e RGF, dentre outros instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais.

2.2.22	Transparência na gestão execução orçamentária	Análise/consulta ao Portal de Transparência da Prefeitura Municipal.	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foi objeto de divulgação em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no art 48-A da LRF.	Na LRF a LC nº 101/2000 Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o RREO e o RGF; e as versões simplificadas desses documentos.	Análise/consulta ao Portal da Transparência, e LC 101/2000 art 48 e arts. 52 a 58 da LRF.
--------	---	--	-----------------------	--	---	---

**Constatações:** O Portal de Transparência do Município de Mucurici tem passado por constantes atualizações e evoluído significativamente em relação aos anos anteriores, dando aos cidadãos um amplo e irrestrito acesso às informações da Gestão Municipal com implantação de mecanismos e ferramentas que o Poder Público deve oferecer ao cidadão para uma transparência mais eficaz. Através de um consulta e análise no Portal da Transparência do município de Mucurici verificamos que foram feitas movimentações e divulgações de informações pormenorizadas.



# Prefeitura Municipal de Mucurici

## Estado do Espírito Santo

### **2 AUDITORIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS REALIZADOS**

Conforme Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2023 foram realizadas verificações de conformidades em processos, relatório e acompanhamento de procedimentos. A Controladoria Geral examinou os documentos que compõem a Prestação de Contas Anual das Unidades Gestoras e do Prefeito do Município de Mucurici/ES, relativo ao exercício financeiro de 2023, estando todos em conformidade. Sendo assim não foram encontrados achados ou constatações insanáveis, portanto, desnecessária a indicação de proposições e alertas.

Após realização das análises nos processos e procedimentos acima descritos, os documentos e relatórios solicitados aos setores foram devidamente encaminhados para averiguações, bem como monitoramento de ações no Portal da Transparência, e dos serviços e-Ouv, FalaBr e e-Sic. Sendo verificado que a Lei de acesso à informação está sendo cumprida, com publicações no Portal da Transparência mês a mês, estatístico de pedidos de informações recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genericas dos solicitantes. O serviço de informação está disponível física e online, permitindo que os cidadãos encaminhem solicitações, reclamações, dúvidas, dentre outros. Cabe salientar que todas as solicitações foram atendidas/concluídas dentro do prazo. Bem como todas as ações realizadas pelo município constam no site e Portal da Transparência para que todos tenham amplo acesso.

Ademais, para o exercício de 2024, as ações da Controladoria Geral do Município, serão voltadas ao acompanhamento do portal da transparência, monitoramento e averiguação de processos no intuito de demonstrar a efetividade no gasto com o dinheiro público.

### **3 – TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (TCE) E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS NA UG**

Após análise, o departamento jurídico deste Município informou que não houveram processos de Tomada de Contas Especial instaurada no exercício de 2023 no Município de Mucurici – ES, frisando que a única Tomada de Contas identificada encontra-se arquivada no sistema.

Mucurici, 25 de março de 2024.

Jossiléia Silva de Oliveira Soares  
Controladora Interna